

Ata da 66ª (Sexagésima sexta) Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Oliveira dos Brejinhos, sob a presidência de Eduardo Coimbra Portela. Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezenove (13-05-2019), às dez horas (10:00), na sala destinada ao funcionamento da Câmara Municipal, situada na Avenida Engenheiro Antônio Leite do Vale, nº 349, centro, nesta cidade, reuniram-se os senhores vereadores: Agaci Rodrigues de Novais, Cláudio Coelho de Oliveira, Edson Teixeira da Cunha, Eduardo Coimbra Portela, Fábio Ricardo Almeida Brito, Francisco Rodrigues da Silva, Iolvan da Silva Bispo, João Andrade Maia, José Rodrigues Teixeira, Jorge Alberto Ribeiro Portela e Juvelton Souza Barbosa. Havendo número legal conforme se verifica no Livro de Presença, o senhor presidente declarou aberta a sessão com a leitura da ata da sessão anterior que posta em votação, foi aprovada. Determinou a leitura do material de expediente e o senhor secretário informou não haver. Passando-se a Ordem do Dia, o senhor presidente colocou em Discussão e Votação o Parecer da Comissão de Justiça e Redação referente ao Projeto de Lei nº 144/2019 de 23 de abril de 2019 "Autoriza o Executivo para Abertura de Crédito Especial ou Superávit e dá outras providências". Em seguida, franqueou a palavra, que foi usada inicialmente pelo vereador Juvelton dizendo ser desnecessária a reunião e que havia um atropelamento do processo. Afirmou se posicionar contrário ao projeto, mas considerou má fé por parte de alguns vereadores de oposição em querer apressar o processo. Explicou que seu voto era contrário por ter vindo o pedido sem realizar audiências públicas para discutir com a população a correta execução do recurso e concluiu dizendo que havia precipitação de ambos os lados, o executivo por ter enviado precipitadamente e a Casa porque votava também precipitadamente. Depois disso, o vereador João explicou que eles fizeram o parecer de acordo ao projeto e acrescentou que o executivo pediu urgência urgentíssima para ser votado e que o trâmite foi igual ao projeto da semana anterior. A seguir, o vereador Juvelton afirmou não acreditar na boa vontade ora demonstrada. Disse ter visto a preocupação do vereador João quando levantou a possibilidade de se dar prazo para realização de audiências e o vereador esquecendo-se que não mais ocupava a cadeira de presidente disse que achava melhor colocar o parecer em votação hoje e concluiu dizendo que ele forçou a realização da sessão extraordinária. Posteriormente, o vereador João disse que em reunião com o presidente, os assessores jurídicos do executivo e da Câmara, fez questionamento sobre as audiências públicas que foram uma recomendação do Ministério Público e que o assessor jurídico do executivo disse que os vereadores eram os representantes do povo e não precisava de audiências e findou dizendo que não era ele o responsável por atropelar o processo. Logo depois, usou a palavra o vereador Cláudio dizendo que às vezes os interesses partidários sobressaíram sobre o que era de competência da Casa. Disse também que já se sabia que o

sonho em relação aos recursos do Precatório era de se gastar numa gestão futura em 2021, onde já se tinha o prefeito eleito a partir de 2021 e que o objetivo era travar o recurso. Afirmou ser favorável ao parecer e contra o projeto. Mencionou que o gestor deveria convocar a sociedade e discutir sobre o plano de execução desse recurso. Relatou que quem esteve na audiência em Lapa ouviu muito bem a orientação do procurador federal que o município não poderia de forma alguma, publicar um plano de aplicação sem realizar as audiências públicas e que agora, vinha o executivo dizer que os vereadores na condição de representantes do povo é que deveria decidir sobre a realização ou não das audiências. Por fim, afirmou que se o executivo realizasse as audiências públicas e que seguisse os trâmites legais após a decisão judicial, ele estaria ali para acatar a decisão. Em seguida, o vereador e presidente Eduardo disse que comungava dos mesmos pensamentos que o vereador Cláudio. A seguir, fez uso da palavra o vereador Jorge dizendo que concordava plenamente quando os vereadores Juvelton e Cláudio abordaram sobre os interesses partidários estarem à frente dos da sociedade brejinhense. Disse não ver um parecer desfavorável à execução. Mencionou concordava que foram apontados alguns fatos e que poderiam ter sido feitos ajustes. Deveriam ter sido feitos adequações ao projeto, discutir e viabilizar e que chegou de forma equivocada em alguns pontos sim, mas que a Casa poderia estar adequando e dando condições para que essa sequência fosse dada para que pudesse ser feitas algumas mudanças nos itens de forma que era apontado pelo parecer para que se desse andamento e disse que via interesses e interesses. Interesses partidários para que o recurso não fosse executado. No seu entender, deveria colocar para andar, mas andar de forma equilibrada, de forma que beneficiasse seu beneficiário, a educação. E mencionou que o que se discutia eram as audiências, porque ela ali que deveriam embutir uma série de mudanças, atingir os objetivos de todas as escolas municipais, a educação como um todo. Disse também discordar do vereador João quando disse que não atropelava o processo e que foi em função do pedido do executivo de agilidade e que não era favorável ao parecer e justificou-se dizendo que algumas adequações poderiam ter sido feitas para dá seguimento. Logo após, o vereador João disse que no seu entender, a função da Comissão de Justiça e Redação não era para fazer um parecer apontando os erros e levar para o executivo para que ele corrigisse e sim construir um parecer, verificar se era o projeto era constitucional ou não, apontar os erros e apresentar ao plenário. Mencionou que a conversa formal aconteceu na terça feira, antes de emitir o parecer e argumentou que lá ele abordou sim a necessidade de realizar as audiências, mas o assessor jurídico do executivo disse que não precisava e disse ter falado também das recomendações do Ministério Público. Posteriormente, o vereador Juvelton disse que o que o vereador Jorge mencionou é que poderiam ter sido feitas emendas ao projeto, mas afirmou que

elas não surtiriam efeito e que bom mesmo seria realizar as audiências públicas, seguindo as recomendações do Ministério Público. Após, com palavra franqueada, o vereador Cláudio mencionou que mesmo rejeitando a matéria no exercício de 2019, ela poderia voltar à pauta, mas dependeria da maioria da Casa e então iriam ver se os interesses políticos estariam ou não acima dos interesses partidários. Afirmou que se houvesse um novo pedido para examinar a matéria e este fosse negado, ficaria comprovado que os interesses partidários estavam acima dos interesses políticos e acrescentou que todas as ações dentro da Casa eram ações políticas de desenvolvimento e melhoria para o município e que poderiam discutir um plano de execução de longo prazo, beneficiando o município. A seguir, o vereador Jorge disse que o entendimento do vereador Juvelton quanto a sua fala era perfeita e que se poderiam fazer emendas como outrora fizera de boa vontade. Posteriormente, o vereador Juvelton mencionou que eles deveriam tomar as rédeas da aplicação do recurso. Disse que da maneira como estava, em conversa com o professorado, ninguém era a favor. A decisão do gestor junto da secretária não passaria pela Casa. Disse que, independente se na cadeira ou na plateia, eles teriam que brigar pelo plano de aplicação, frisando os interesses políticos. Disse esperar que os que iriam contribuir para a rejeição da proposta pudessem manter a coerência. Afirmou que a mesma preocupação para atual gestor não fazer a aplicação, ao mesmo tempo tinha uma preocupação para jogar para o gestor futuro, que na bola de cristal deles, a pessoa que almeja já provou que não usava de boa fé e relatou que ele tinha processos, parte dos que respondia inclusive no STF foi de má aplicação do recurso do antigo FUNDEF e também FUNDEB e findou dizendo que a discussão não ia render muito porque o entendimento era pela rejeição do projeto e que deveriam ter e manter o mesmo discurso porque blindava, tentando segurar para entregar na mão de uma pessoa utilizou juntamente com algumas pessoas de notas frias para contabilizar quando era secretário e respondia outros processos pela má aplicação da merenda, ligada também ao FUNDEF e, por fim, disse que era preciso separar as coisas. A seguir, o vereador Ricardo usando a palavra, disse que, diante do que foi exposto pelos colegas e de parte da fala do vereador Cláudio quando ele mencionou um acordo firmado entre o executivo e o Ministério Público na audiência realizada em Lapa para que o gestor não usasse o recurso antes de decisão judicial e questionou se também não havia um atropelamento por parte dele ao mandar para a Casa um projeto pedindo autorização para aplicação desse recurso. Questionou a sua rapidez e se não havia algo por trás. Disse não entender o motivo e afirmou porque ele não esperou concretizar as orientações dadas pelo Ministério Público. Logo em seguida, o vereador Francisco disse que era preciso ter cautela e que o recurso deveria ser utilizado em vários mandatos e que ninguém sabia que seria o futuro gestor. Logo depois, o vereador João

mencionou que quando o vereador Juvelton falava em notas frias, provava que não estava acompanhando as contas da gestão no site do TCM, com inúmeras notas frias. A seguir, o vereador Juvelton disse que não defendia e já tinha ficado provado que ele não era um bom gestor e era ao contrário do vereador João que defendia até hoje. Posteriormente, o presidente pediu que atesem apenas na discussão do parecer. Depois, com a palavra franqueada, disse o vereador José via uma queda de braço da Casa com o gestor. Disse ver escolas numa situação precária. Afirmou que concordava com o vereador Jorge quando falou deveria ter sido revista a questão das audiências e que a população poderia participar, mas não justificar enterrar um projeto porque só quem perdia era a população. Também relatou que nenhum gestor enviaria à Casa uma proposta que agradasse a todos. Mencionou que o que mais via falar era de eleições 2020 e sobre o futuro gestor em 2021. Lembrou que eles deveria estar ali fazendo o trabalho sem esquecer do futuro e não apenas se preocupar no que viria em 2021 e por fim, considerou que deveriam tentar chegar mais em um consenso para o bem da população. Logo depois, usando a palavra, o vereador Cláudio disse faria um parêntese na fala do vereador José Teixeira quando ele disse que uma vez que o projeto não sendo aprovado, quem perdia era a população. Falou a ele e aos demais colegas dizendo que um recurso mal aplicado a população não perdia e sim ganhava. Disse que o projeto da forma que veio, da forma como se tentava gastar o recurso, do modo demonstrada no plano. Disse que estava na educação a vinte anos e que nunca viu um ano aumentar o número de alunos. Mencionou que havia sim reformas e ampliações, mas não se justificava propor um gasto de quase vinte milhões com reformas, ampliações e instalação de sistema solar. Afirmou ter na educação ter outras prioridades e que não via demonstrado dessa forma e que defendia o gasto em várias gestões. Mencionou que deveriam pensar ao longo prazo porque o gestor teria uma receita complementar. A seguir, o vereador José disse que não conhecia a realidade de todo o município. Afirmou que havia escolas que a situação era melhor construir do que reformar. Afirmou que nunca disse que era viável pegar o recurso e gastar em dois anos e que não achava que teria alguém que pegaria e gastaria tudo de um dia para a noite. Por fim, disse que havia a Casa e a proposta de fiscalizar os PSFs, as escolas e os demais órgãos públicos. Posteriormente, disse o vereador Jorge que, quanto as reformas e ampliações, via a necessidade urgente. Afirmou que isso não queria dizer que a forma como foi colocado no plano de aplicação era a correta. Citou como exemplo a escola no Povoado de Arraial. Falou da sua situação precária e que não via viabilidade para se fazer reforma ali. Depois falou de outras situações de escolas pelo município. Logo em seguida, o vereador Cláudio disse que havia espaços que poderiam ser aproveitados e que derrubar para construir do zero parecia ser gasto de dinheiro público. Depois, com a palavra franqueada, o vereador Francisco disse concordar

